

1. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Em janeiro abriu-se o novo ano na continuidade do tempo e das questões que assolam o mundo, num cenário global fragmentado nos diversos domínios da vivência humana, em correlação com o planeta.

Por cá pontificam as eleições para a presidência da República, cujo processo eleitoral prossegue. A ideia central para um país com diferentes sensibilidades, em mudança e renovação geracional e política, tem de ser um Presidente da República que não é eleito para pôr uns portugueses contra outros, mas para cimentar um chão comum, a nossa pátria de que tanto nos orgulhamos. Adentro destas premissas, em consciência e liberdade, no próximo dia 8 todos devemos votar, num ato cívico e de cidadania, contribuindo para a renovação que se espera.

No contexto internacional almejamos a paz que tarda em chegar, apelando aos líderes das grandes potências que retomem o caminho dos valores universais: paz, justiça, liberdade e dignidade.

Neste propósito a edição de 2026 do Fórum Económico Mundial que teve lugar em Davos (Suíça) foi palco de inauditas manifestações de humanidade e fraternidade, com diversos estadistas a apelarem para o sentido, conteúdo e rumo das grandes causas.

Neste Fórum a reação europeia foi tudo menos protocolar. A Europa deixou de tratar a autonomia estratégica como exercício retórico e passou a encará-la como requisito efetivo. A expressão “value-based realism”, ou seja, realismo baseado em valores, propalada por um número significativo de participantes, não traduz um “novo quadro teórico”, mas uma constatação política. Os valores continuam a ser o baluarte da ação externa europeia, mas já não compensam a ausência de poder efetivo.

O resultado é uma Europa que legisla para se proteger. Exigências de “Made in Europe”, condicionalidade reforçada ao investimento estrangeiro e diversificação acelerada de parceiros passam a integrar o núcleo da política económica europeia.

Neste novo rumo, a aproximação entre a União Europeia e a Índia destacou-se como um acontecimento de importância extraordinária. A perspetiva de um acordo de comércio livre abrangendo dois mil milhões de pessoas não é apenas economicamente relevante; é geopoliticamente estratégica. A fragmentação global, paradoxalmente, está a acelerar compromissos que, em tempos de estabilidade, pareciam politicamente difíceis. A urgência substituiu a complacência.

Neste novo equilíbrio imperfeito, devemos participar ativamente no mundo como ele é, e não esperar um mundo como desejamos que seja.

Com pragmatismo e confiança, podemos construir um futuro melhor, mais justo e digno.

Cordialmente,

A Direção

2. IMT – TABELAS PRÁTICAS EM VIGOR 2026

Foi divulgado através do Ofício Circulado n.º 40129/2026 da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 6 de janeiro, as tabelas práticas de IMT, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, em vigor desde 1 de janeiro de 2026.

3. CONVENÇÃO ENTRE PORTUGAL E O REINO UNIDO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO

Foi publicado o aviso n.º 1/2026/1 dos Negócios Estrangeiros, relativo à entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre as Mais-Valias e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscais, assinada em Londres, a 15 de setembro de 2025.

A Convenção entrou em vigor a 29 de dezembro de 2025 e produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2026.

4. REGISTO DE TRANSPARÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

Foi publicada a Lei nº 5-A/2026 de 29 de janeiro que aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses.

São atividades de representação legítima de interesses as exercidas em conformidade com a lei com o objetivo de influenciar, direta ou indiretamente, a elaboração ou a execução das políticas públicas, de atos legislativos e regulamentares, de atos administrativos ou de contratos públicos, bem como os processos decisórios das entidades públicas, realizadas em nome próprio, de grupos específicos ou em representação de terceiros.

As atividades de representação incluem, nomeadamente:

- a) Contactos com entidades públicas, sob qualquer forma;
- b) Envio e circulação de correspondência, material informativo ou documentos de discussão ou tomadas de posições;
- c) Organização de eventos, reuniões, conferências ou quaisquer outras atividades de promoção dos interesses representados;
- d) Participação em consultas sobre propostas legislativas ou outros atos normativos.

A presente Informação Económica, Financeira e Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte os nossos técnicos.